



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO 45686

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2045566-64.2025.8.26.0000

Registro: 2025.0000305815

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2045566-64.2025.8.26.0000, da Comarca de São José dos Campos, em que é agravante ANTONIO DUTRA DA SILVA, é agravado BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Deram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MONTE SERRAT (Presidente) E MARCOS GOZZO.

São Paulo, 28 de março de 2025.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI

Relator

Assinatura Eletrônica

VOTO 45686

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2045566-64.2025.8.26.0000

VOTO 45686

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2045566-64.2025.8.26.0000

AGRAVANTE: ANTONIO DUTRA DA SILVA

AGRAVADO: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

COMARCA: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS 6ª VARA CÍVEL

MAGISTRADA PROLATORA DA DECISÃO: GABRIELA SOUTO
SILVEIRA

(cn)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO – GRATUIDADE –
COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS –
DEFERIMENTO

- A declaração de pobreza firmada de próprio punho por aquele que pretende se beneficiar da gratuidade possui presunção relativa de veracidade;
- A própria Constituição Federal exige, em seu art. 5º, inc. LXXIV, comprovação da hipossuficiência - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
- Agravante demonstrou sua incapacidade de arcar com as custas.

RECURSO PROVIDO

Vistos.

Cuida-se de agravo de instrumento contra a decisão da R. Primeira Instância que **indeferiu o benefício da gratuidade**, ao argumento de que a parte não comprovou a miserabilidade.

O agravante arguiu, em suma, que não possui condições de arcar com as custas do processo.

O efeito suspensivo foi concedido. Ausente contraminuta.

VOTO 45686

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2045566-64.2025.8.26.0000

É o relatório.

Nos exatos termos da decisão hostilizada, o beneplácito da Lei n. 1.060, de 1950, ora tratado no Novo Código de Processo Civil, está **condicionado** à prova de miserabilidade jurídica da parte – isto é, comprovação da incapacidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo da própria subsistência.

O parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 1.060 de 05/02/50, assim dispõe: “*considera-se **necessitado**, para fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família*”. Contudo, além da declaração de pobreza, é necessária a **análise econômico-financeira** do pretendente, para aferir as condições de arcar com as custas e despesas processuais sem afetar a própria subsistência.

Conforme iterativa jurisprudência, o benefício justiça gratuita deve ser concedido em vista da **Lei de Responsabilidade Fiscal**. O benefício da Lei 1.060, de 1950, portanto, **depende de prova** – inaceitável a simples exibição de requerimento de próprio punho, sob risco de violação da **Constituição Federal** – superveniente e irradiante em relação à lei da gratuidade. Exemplifico:

“Assistência judiciária - Comprovação da necessidade – Exigência constitucional (CF/88, art. 5º, LXXIV) - Concessão, ademais, dependente de análise econômico-financeira, não agilizada no caso em apreço - Benefício - Inadmissibilidade da concessão - Agravo de instrumento desprovido.” (Ag.Inst. 7367076-3 – Rel. Luiz Sabbato, 13ª Câmara - TJSP)

Ainda que admissível a natureza de **presunção juris tantum** (STJ, AgRg n. 945153) da declaração, supor a suficiência deste documento para a **isenção** viola a **Lei de Responsabilidade Fiscal** – especialmente considerada a proliferação de pedidos do gênero, sem qualquer amparo econômico/fático, em prejuízo à Justiça e, principalmente, àqueles que efetivamente fazem jus ao benefício da Lei n. 1.060, de 1950.

VOTO 45686

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2045566-64.2025.8.26.0000

Não bastasse, a questão da gratuidade vem semelhantemente tratada no Código de Processo Civil, que prevê o **indeferimento** do pedido quando “*houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade*” (art. 99, §2º, da Lei n. 13.105, de 2015).

A regra para movimentar o Judiciário é pagar as custas, o que todas as partes devem fazer para poder ajuizar uma demanda ou recorrer de uma decisão às Instâncias Superiores.

Se não o podem, devem justificar e comprovar documentalmente sua incapacidade financeira, com as provas de rendimentos/rendas/faturamento e outros documentos. Ao conceder a gratuidade, estamos promovendo uma isenção fiscal sem fato comprovado que a justifique.

Aqui, o agravante é exequente, em cumprimento de sentença iniciado para prestação de contas em relação à ação de busca e apreensão do seu automóvel. Alega que é hipossuficiente e juntou documentos (fls. 71/102). Constatase que o agravante é idoso, aposentado, auferindo rendimento bruto de R\$ 4.343,71, fora os demais descontos. As declarações de imposto de renda não apontam bens que indiquem riqueza ou patrimônio superior ao alegado. Logo, o agravante não tem condições de arcar com as custas do processo. Repise-se, que a concessão da gratuidade não retroage para atingir atos processuais pretéritos.

Destarte, DOU PROVIMENTO ao recurso, para conceder o benefício da gratuidade ao agravante.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relatora